

ARTIGOS ORIGINAIS

Margareth Rago: a historiadora filósofa feminista¹

Margareth Rago: the feminist philosopher historian

Cristiane Maria Marinho

<https://orcid.org/0000-0003-4958-0299> – E-mail: cristiane.marinho@uece.br

RESUMO

O artigo se propõe, primeiro, apresentar uma rápida trajetória sobre a historiadora filósofa (ou filósofa historiadora) Margareth Rago, contextualizando seu itinerário teórico e suas pesquisas feministas, bem como sua contribuição para o fortalecimento dos estudos feministas no Brasil. Em seguida, farei um recorte, especificamente, sobre dois de seus livros intitulados *Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930* e *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, incluindo seus desdobramentos de pesquisa, no qual é possível constatar o uso do pensamento de Michel Foucault, seu principal interlocutor filosófico, como ferramenta para pensar o presente do feminismo.

Palavras-chave: Margareth Rago. Feminismo. Foucault.

ABSTRACT

The article aims, first, to present a brief history of the philosopher-historian (or philosopher-historian) Margareth Rago, contextualizing her theoretical itinerary and her feminist research, as well as her contribution to the strengthening of feminist studies in Brazil. Next, I will make a specific excerpt from two of her books entitled *From the Cabaret to the Home. The Utopia of the Disciplinary City. Brazil, 1890-1930* and *The Pleasures of the Night. Prostitution*

¹ Parte deste artigo compõe o Prefácio que escrevi para o livro *12 Mulheres, 12 Filósofas, 12 artistas*, organizado pelas Professoras Doutoras Maria Cristina Müller e Daniela Hruschka Bahdur e publicado pela Editora Engenho das Letras, Londrina, em 2021.

and *Codes of Female Sexuality in São Paulo, 1890-1930*, in which it is possible to observe the use of the thought of Michel Foucault, her main philosophical interlocutor, as a tool to think about the present of feminism.

Keywords: Margareth Rago. Feminism. Foucault.

Introdução

Seu nome completo é Luzia Margareth Rago, mais conhecida como Margareth Rago, porém seu primeiro nome não pode ser descartado, pois vem do latim *Lucia*, “luminosa”, derivado de *lux*, “luz”, significado que tão bem traduz a pessoa e a pesquisadora. Seu currículo é numeroso e pode até assustar, mas em nada se compara à sua imensa generosidade acadêmica e à sua postura receptiva, bem como ao seu largo sorriso que acaba, quase sempre, em uma gostosa gargalhada.

Sua formação inclui o doutorado em História e graduação em Filosofia, assim costuma se apresentar como Historiadora, mas costume afirmar que ela é uma historiadora filósofa, ou, se preferirem, uma filósofa historiadora. A ordem dos fatores, contudo, não altera seu brilho. Sim, uma historiadora filósofa atravessada pela filosofia de Michel Foucault, sendo uma integrante das primeiras levas de intelectuais que descobriram o pensamento desse filósofo no Brasil, mais especificamente em São Paulo, sua terra natal.

A identificação com o pensamento foucaultiano a levou a divulgar a produção filosófica foucaultiana por meio de livros, eventos, organização de livros, palestras. Contudo, há algo mais decisivo e importante, pois além das atividades de divulgação do pensamento foucaultiano, Margareth o incorporou ao seu universo de pesquisa e ensino, como ferramenta conceitual, sempre norteados pelas áreas em que atua: Teoria da História e História do Brasil República; pós-estruturalismo, feminismos, anarquismos, subjetividade, gênero, Foucault e Deleuze. Suas pesquisas têm se mostrado uma contribuição marcante nas investigações dessas áreas no Brasil, nos campos da Filosofia, da História e da Educação no Brasil.

Seu percurso acadêmico trilhou o seguinte roteiro: em 1985, iniciou sua trajetória de docente no Departamento de História da UNICAMP; em 2000 defendeu a livre-docência; em 2003, tornou-se professora titular; e em 2015 se aposentou, mas segue como professora colaboradora no Departamento de História. Também exerceu o magistério em outros países: professora visitante do *Connecticut College*, nos Estados Unidos, entre 1995/1996; realizou seminários na Universidade de Paris 7 em 2003; e, novamente professora visitante da *Columbia University* entre 2010-2011.

Entre suas pesquisas e em seu trabalho de editoração se encontram as seguintes atividades: Diretora do Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP em 2000; Coordenadora, junto com as professoras Dra Tânia Navarro Swain e Dra. Marie-France Dépèche, da revista digital feminista internacional LABRYS, estudos feministas, até 2019; Coeditora da Revista Aulas, da Linha de Pesquisa Gênero, Subjetividades e Cultura Material do PPGRH da UNICAMP; Assessora científica da FAPESP, CAPES e CNPQ, entre outras agências.

Seguem algumas publicações e organizações de livros da nossa pesquisadora: *O que é Taylorismo?*, com Eduardo F. P. Moreira (1984); *Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930* (Paz e Terra, 1985); *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade*

feminina em São Paulo, 1890-1930 (Paz e Terra, 1991; 2008); *Narrar o Passado, Repensar a História*, com Aloísio Gimenez (IFCH/UNICAMP, 2000); *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo* (UNESP, 2002), traduzido para o espanhol pela Editorial Nordan, 2003 e para o italiano em 2008; *Imagens de Foucault e Deleuze, ressonâncias nietzschianas*, organizado com A. Veiga-Neto e L. Orlandi (DPA, 2002); *Foucault, a História e o Anarquismo* (Achiamé, 2004); *Figuras de Foucault*, organizado com Alfredo Veiga Neto (Autêntica, 2006); *Feminismo e Anarquismo no Brasil. Audácia de Sonhar* (Achiamé, 2007); *Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola*, com Maria Clara P. Biajoli (Achiamé, 2008); *Subjetividades antigas e modernas*, com Pedro Paulo Funari (2008); *Foucault: para uma vida não-fascista*, com Alfredo Veiga Neto (2009); *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (Editora da UNICAMP, 2013); *Paisagens e Tramas: o gênero entre a arte e a história*, organizado com Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel (Intermeios, 2013); *Ascensão e Queda do Paraíso Tropical*, organizado com Mauricio Pelegrini e Luana S. Tvardovskas (Intermeios, 2021); *As Marcas da Pantera: percursos de uma Historiadora* (Intermeios, 2021); com Gabriela S. Trevisan, Varlei Couto, Tony Hara e Fabio Gesueli, organizou e publicou *Viver de outra maneira o tempo: Foucault e as Políticas da Subjetividade*, São Paulo: Editora Intermeios, 2023. Atualmente coordena a coleção Entregêneros da Editora Intermeios.

Do cabaré ao lar...

Pesquisadora de gênero no Brasil desde 1990, foi neste ano que Margareth se apaixonou pelo tema em um Seminário² que foi decisivo na introdução e consolidação dos estudos da categoria de Gênero no Brasil. Contudo, a reflexão sobre o tema da mulher já estava presente no seu livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*, de 1985.

Resultante da sua pesquisa de Mestrado, na qual escreveu sobre a importância do anarquismo na formação do operariado brasileiro, no período de 1890-1930, em São Paulo. De modo ímpar, o trabalho dissertativo de Rago também refletiu sobre a presença da mulher operária no movimento anarquista, por um lado, ainda presa à imagem de “vigilante do lar” e “mãe de família”, por outro lado, enfrentando a hierarquia de gênero.

Lançando mão do referencial teórico foucaultiano-thompsiano, em uma perspectiva que comprehende o poder se exercendo de forma ampliada, abarcando a classe social e a disciplina, Rago aborda as questões de gênero, mais especificamente no terceiro capítulo, A colonização das mulheres. Nesse texto, a pesquisadora mostra como o movimento operário, inclusive de setores anarquista e marxista, teria atuado “no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar” (Rago, 2014, p. 89). Da mesma forma, a autora também apresenta os dispositivos de poder que reforçavam a pretensa imagem romântica da mulher, os jornais e os discursos médico, criminológico, moral e educacional.

Porém, já nesse contexto, a situação da mulher não se configurava somente em uma entrega submissa a essa conjuntura repressora. Por isso, a autora também dá visibilidade às resistências femininas, tanto no plano profissional do chão de fábrica quanto na vida sexual e

² Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, realizado em São Roque (SP). Encontro realizado para fazer um balanço crítico das discussões teóricas e metodológicas do campo temático mulher/gênero e para avaliar a visibilidade e expansão que a área ganhou nos anos de 1970 e 1980. Os trabalhos apresentados no encontro compõem o já clássico livro *Uma questão de gênero*, organizado por Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, Editora Rosa dos Tempos, publicado em 1992.

moral. A figura da prostituta, por exemplo, é apresentada de forma a realçar, em contraponto, as cores da sexualidade reprimida da dona de casa, bem como a denunciar que a criminalização e o “sequestro da sexualidade insubmissa” das profissionais do sexo era uma maneira de valorizar a conduta idônea da mulher de família, preservando a instituição do casamento e as bases que sustentam o sistema de exploração capitalista. No âmbito das resistências feministas, *Do cabaré ao lar* também dá visibilidade à figura, dentre outras, de Maria Lacerda de Moura:

Tema frequente na imprensa anarquista, a condição de opressão da mulher, não só da operária, mas também da burguesa, é pensada e analisada por várias articulistas de tendência libertária. Contra o mito da mulher-passividade, sentimento, abnegação, sombra do homem, várias vozes se levantam: mulheres, como a já conhecida Maria Lacerda de Moura (professora, jornalista e escritora) [...], que assinam artigos nos jornais anarquistas, além dessas publicações defendendo a causa anarquista, elas promovem reuniões, conferências, palestras educativas em vários cantos do país e fundam uma Federação Internacional Feminista (Rago, 2014, p. 130).

É perceptível o pensamento foucaultiano presente nessa discussão, por exemplo, quando se constata a relação entre biopolítica, governamentalidade e educação presente na análise que o livro *Do cabaré ao lar...* realiza. O livro, ao tratar do período anterior ao Estado Novo de Getúlio Vargas, 1937-1945, já capta e expressa os movimentos de uma governamentalidade biopolítica, mesmo que à época não esteja esboçado um corpo-espécie de uma população homogeneizada, mas o livro já apreende a existência do caminho dessa construção, no qual o corpo-orgânico é, continuamente, subjetivado por uma governamentalidade interessada em submeter os sujeitos à dominação do poder biopolítico que não mata, mas deixa morrer.

Nesse sentido, ao analisar a partir de lentes foucaultiana-thompsonianas o período da chamada Primeira República, *Do cabaré ao lar* problematiza: a importância do anarquismo e de suas possibilidades de resistência na formação da classe operária brasileira e, como de certa forma, acabaram prevalecendo as normas do poder capitalista industrial nascente no período dos fins do Século XIX aos anos de 1930; a moral burguesa da educação doméstica da mulher; as regras médico-científicas nos cuidados e constituição da infância; e a política higienista do espaço urbano. Ou seja, as normas e os processos biopolíticos de uma governamentalidade subjetivante que buscavam construir uma “utopia da cidade disciplinar, cidade racionalizada e hierarquizada, cidade higienizada, cidade e cidadania pensadas no masculino”, como dito por Muniz (2014, p. 14) no prefácio.

A autora mostra como os trabalhadores urbanos do início da industrialização brasileira eram tidos como selvagens ignorantes e que, para se adaptarem às normas dos patrões capitalistas foi necessária, como dito por Rago, “vasta empresa de moralização” visando:

[...] à formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim já podemos chamá-lo. Conjuração do mal, contenção das convulsões futuras da história, a tentativa de domesticação do operariado passa pela construção de um novo modelo de comportamento e de vida, que se tenta impor aos dominados (Rago, 2014, p. 24-25).

Rago (2014) mostra que, para os patrões, era necessário integrar os trabalhadores e suas famílias aos valores burgueses por meio de um processo de domesticação que se constituía de diversas estratégias de disciplinarização, como, por exemplo, mecanismos de controle e vigi-

lância dentro e fora da fábrica, inclusive nos horários de lazer, “buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais” (Rago, 2014, p. 25). E nessa perspectiva, algo caro ao poder biopolítico, era necessário também a “redefinição da família”, pautada na centralidade da mulher, “um modelo imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar, e um cuidado especial com a infância, redirecionada para a escola ou para os institutos de assistência social” (Rago, 2014, p. 25).

O fortalecimento e a radicalização das formas de controle biopolítico nas fábricas fica claro quando a autora explicita que nos primeiros anos do Século XX, até o final da década de 1910, as estratégias de disciplinarização eram pontuais, com medidas punitivas ineficazes no controle da força de trabalho. Inversamente, a chegada da década de 1920, por sua vez, traz uma mudança “nos regimes disciplinares: anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder” (Rago, 2014, p. 34). Da mesma forma, a figura do patrão também se transforma, esse não será mais o despota da antiga fábrica que ditava as normas de conduta ao trabalhador, mas sim um patrão moderno, em uma “fábrica higiênica”, diversa da antiga “fábrica satânica”, nos termos da autora.

As modernizações biopolíticas de controle exigiam, em consequência, uma governamentalidade fortemente subjetivante, e a mulher também deverá passar por rígidos processos de normalização e, nas palavras da nossa autora, “colonização da mulher”.

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio (Rago, 2014, p. 87).

Portanto, o livro *Do cabaré ao lar* mostra, precisamente, o poder dos processos de subjetivação no âmbito de uma governamentalidade biopolítica: “Um projeto de domesticação da classe operária constitui-se nas décadas iniciais do século XX no país” (Rago, 2014, p. 265). Uma domesticação realizada por diversos campos sociais, na fábrica, no espaço doméstico, na habitação, na sexualidade, na infância, no espaço urbano, nas subjetividades e na própria forma de conduzir as condutas, “[...] as classes dominantes desenvolveram inúmeras estratégias de disciplinarização do trabalhador, visando compor uma nova figura, moralizada e produtiva” (Rago, 2014, p. 265).

Os prazeres da noite, prostituição e anarquismo

Compreendo que tanto o livro *Do cabaré ao lar...* quanto o livro *Os prazeres da noite...* são marcados por um recorte conceitual foucaultiano no que diz respeito à disciplinarização e à governamentalidade biopolítica. Ou seja, a norma disciplinar e a norma da regulamentação biopolítica, que se cruzam desde o Século XVIII à atualidade, são fundamentais nas práticas e nos saberes que subjetivam os indivíduos, seja via educação formal ou informal, seja via política que atravessa a educação e a agencia “para determinados fins estratégicos, determinando sua instrumentalidade, operacionalidade, produzindo determinados efeitos de saber-poder e incrementando novas formas de governamentalidade” (Gadelha, 2009, p. 175). Nas palavras de Foucault:

A normalização disciplinar consiste em traçar primeiro um modelo, um modelo ótimo que está construído em função de um determinado resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em tratar de conformar as pessoas, os gestos, os atos a este modelo. O normal é, precisamente, o que é capaz de adequar-se à esta norma, e o anormal, o que não é (Foucault, 2008, p. 75).

A forma da antiga política funcionar, por meio de recursos muito próprios da sua ação, como prudência, análises, fórmulas de cálculos, conselheiros, reflexões, foi “deixando objetivamente de satisfazer a nova e abrangente racionalidade estatal” (Ó, 2009, p. 99). Assim,

Foucault mostra como historicamente inclusive o poder político se vai exercendo cada vez mais através de alianças delicadas entre uma miríade de autoridades, por forma a que seja possível a agregação de realidades que vão desde as relações económicas até à conduta dos indivíduos particulares. A questão em causa não é a da coerção e dos constrangimentos exercidos sobre a massa dos governados. O poder liga-se antes aos modos como, numa dinâmica onde a autonomia e liberdade estão cada vez mais presentes, se produzem cidadãos. Estes não são destinatários, mas intervenientes nas operações de poder e de construção da verdade (Ó, 2009, p. 100).

É precisamente nesse sentido foucaultiano que é possível compreender o processo de domesticação e colonização da mulher no livro *Do cabaré ao lar...* como visto acima, mas essa mesma manobra de tornar a mulher “bela, recatada e do lar”, como diria Michel Temer, não ocorre por métodos impositivos e violentos, fruto de um poder soberano e coercitivo. Inversamente, a condução de condutas acontece pela produção de verdades que vão fabricando subjetividades sutilmente projetadas e normalizadas. E aqui estou me referindo, particularmente, à questão da sexualidade presente no livro *Os prazeres da noite*, de Margareth Rago.

Em 1991, o tema das profissionais do sexo é retomado por Rago, em seu livro *Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, fruto da sua tese de doutorado. Nessa perspectiva da visibilização de um universo feminino, habitado por sujeitos autônomos e determinados historicamente, é possível enxergar como o foco lançado sobre a prostituição finda por realçar, em contraluz, o conservadorismo da moralidade sexual feminina das “mulheres de boa família” que praticam “corretamente” o sexo, ainda mais se for para a procriação. Isso dito de forma geral, pois o universo do livro, além de comportar uma miríade de elementos que mostram a falsa moral burguesa cristã, também expõe a riqueza de possibilidades de resistência dos movimentos da prostituição das trabalhadoras do sexo, em uma visibilização desvitimizadora e com face histórica.

Os prazeres da noite ... resultou de pesquisa realizada em arquivos nacionais e internacionais, bem como em bibliotecas da Europa e dos Estados Unidos. Também teve um aporte teórico predominante do universo categorial de Michel Foucault, o qual, como já dito acima, foi o filósofo que marcou toda a trajetória teórica da nossa pesquisadora e que, juntamente com um grupo de outros professores e professoras³, foi uma das responsáveis pela divulgação do pensamento deste filósofo no Brasil, o que faz até hoje, promovendo encontros, palestras, traduções e organização de livros. É também nesse início da década de 1990 que Rago, “assume sua maioridade feminina”, segundo suas palavras constantes em seu Memorial⁴ de Livre-Docência do ano 2000:

³ Resguardadas as diferenças cronológicas de atuação, alguns desses nomes são: Roberto Machado, Renato Janine Ribeiro, Salma Muchail, Vera Portocarrero, Helena Conde, Silvio Gallo, Alfredo Veiga-Neto dentre outros.

⁴ Margareth Rago cedeu, gentilmente, o acesso a esse Memorial à autora do presente texto.

Por essa ocasião, já tinha iniciado meu contato maior com o feminismo e com as questões de gênero, trabalhando intensamente na criação do Pagu – Centro de Estudos do Gênero da UNICAMP, ao longo de dois anos. A partir daí, toda uma rede feminista existente no país abriu-se para mim, revelando um potencial teórico e prático, crítico e transformador, que é de fundamental importância em minha formação. Mais do que nunca, passei a olhar cuidadosamente para as questões trazidas pelo feminismo, para seus questionamentos teóricos na busca por uma epistemologia feminista, para os novos temas e perguntas que as mulheres trazem para a agenda pública, para seus debates e reivindicações (Rago, 2000, p. 12).

Diante do exposto, considero Margareth Rago uma historiadora filósofa, pois ela investiga as tensões da realidade lançando mão de conceitos filosóficos. Ao debruçar-se no tema da prostituição, nossa pensadora abre um vasto campo epistemológico-político de discussões, além de estreitar laços com os movimentos sociais, como o Movimento das trabalhadoras do Sexo e com as ONGs, incluindo o SOS Mulher. Destaca-se, ainda, a participação de Rago nas conferências feministas e de congressos sobre sexualidade, os quais foram de suma relevância para ampliar seu engajamento na vida pública. A este respeito, a pesquisadora afirma em seu Memorial: foram nessas atividades “onde me integrei com toda uma rede envolvida na luta pelos direitos humanos, no Brasil” (Rago, 2000, p. 13).

Rago também reconhece que o contato com o pensamento feminista foi fundamental para a afirmação daquela “maioridade feminista” e cita, dentre várias interlocutoras, Joan Scott, Jane Flax, Heloísa Buarque de Hollanda, Maria Odila Leite da Silva Dias, Cláudia Lima Costa, Ana Maria Goldani. Da mesma forma, realça a importância, da figura da intelectual e ativista Eleonora Menecucci de Oliveira, da Escola Paulista de Medicina, pois com esta conheceu as possibilidades de questionamento e releituras que o feminismo faz na área da Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos. Nesse sentido, Rago considera o pensamento feminista “como uma das principais correntes do pensamento crítico contemporâneo” e que muito lhe permitiu compreender, foucaultianamente, a diversidade das práticas sociais e sexuais do passado e do presente a partir das relações de poder.

Nos anos subsequentes, Rago desenvolve uma forte produção de atividades, como cursos em graduação e pós-graduação e artigos, no Brasil e no exterior, sempre envolvendo questões relacionadas ao feminismo, corpo, sexualidade, cultura política, emancipação feminina, cultura literária e anarquismo. Nessas empreitadas, a pesquisadora sempre trabalhou na perspectiva de visibilizar as produções das mulheres, as conhecidas e as anônimas, revelando suas produções e discutindo também as suas problematizações no campo da sexualidade e do desejo:

Afinal, as mulheres, sejam da elite, sejam do mundo operário, não assistiram apenas à construção da moderna esfera pública, como comumente imaginamos, mas participaram, mesmo que timidamente, da definição da agenda pública, com seus temas, interesses, pressões, reivindicações, avaliações e respostas (Rago, 2000, p. 14).

Para nossa historiadora filósofa, é fundamental promover essa visibilização do trabalho feminino em todas as áreas de conhecimento, construindo uma militância feminista que leve ao desejo de questionar as leis do país que legitimam a exclusão feminina ou “as práticas de assistência médica à mulher, que muitas vezes, destroem o corpo feminino, mais do que o curam” ou questionar inclusive “as próprias formas masculinas e excludentes do pensamento ocidental” (Rago, 2000, p. 20). Algo que ela faz, inclusive, promovendo a visibilidade da produção de artistas como, por exemplo, Kara Walker, Fernanda Magalhães, Cindy Sherman e Júlia Lopes.

Há um silenciamento das vozes e memórias femininas pelas vozes e memórias masculinas, quando estas últimas se autoproclamam como universais, assevera a pesquisadora. Por isso tudo, essa luta de resistência se torna ainda mais necessária e urgente:

Porque se é verdade que houve muitas conquistas feministas nas últimas décadas, se as mulheres ingressam continuamente e em número cada vez maior na esfera pública, nossas instituições sociais e nossas tradições culturais operam no sentido de conformar e perpetuar um imaginário marcado pela desvalorização da mulher (Rago, 2000, p. 15).

Nessa proposta de visibilizar a produção feminina e feminista nas pesquisas de Rago, gostaria, ainda, de realçar outra importante feminista pesquisada por Rago e que ganha extraordinária visibilidade e reconhecimento a partir das suas investigações. Refiro-me à figura de Luce Fabbri, mulher italiana militante e anarquista que a historiadora conheceu em São Paulo, quando palestrava sobre mulheres anarquistas, no Encontro Internacional Libertário realizado na PUC, em 1992.

Já nessa época, Rago realizava entrevistas em busca de figuras femininas do anarquismo, quando conheceu Luce, já com 84 anos. Essa investigação foi tema de sua Livre Docência, em 2000, e publicada como livro em 2001, com o mesmo título: *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*, posteriormente traduzido para o espanhol e o italiano. Nessa época, a militante anarquista, nascida em Roma, em 1908, residia em Montevidéu. Para Rago, a importância de publicizar a história de vida dessa mulher libertária consistiu na necessidade de fortalecer os projetos coletivos para as novas gerações, haja vista que a luta feminista não é somente uma questão identitária individual. Assim, afirma a historiadora filósofa em seu Memorial de livre docência:

Contar sua história é, a meu ver, contar a própria história do anarquismo, suas propostas e formas de luta, tal qual se concretizaram, ou foram derrotadas, entre a Itália, a Espanha e a América do Sul. Essa história, mal conhecida, pouco difundida merece ser passada para as gerações mais jovens, no mínimo para que tomem conhecimento de alternativas históricas à organização da sociedade e às formas dominantes do pensamento que foram em algum momento colocadas, apesar de terem sido derrotadas (Rago, 2000, p. 18).

A partir das conversas com Luce Fabbri, Rago conheceu mais profundamente a existência do Grupo das “*Mujeres Libres*”, abrindo, assim, um novo campo de pesquisa que dava a conhecer outras existências femininas de militantes anarquistas, as quais lutavam para acabar com a desigualdade de gênero que prevalecia. Apesar das anarcosindicalistas já terem propalado historicamente a urgência da igualdade entre os gêneros.

Durante a Revolução Espanhola, em 1930, esse grupo se organizou em torno de quarenta mil mulheres, criando escolas, creches, centros culturais, espaços de formação política e profissional e os “*liberatórios de la prostitución*”, casas que abrigavam as mulheres que quisessem sair da prostituição. Inspiradas pela teoria libertária do anarquismo, essas ações eram, também, formas de resistência feministas ao fascismo franquista. A pesquisa sobre *Mujeres Libres* também resultou em artigos e em um livro, em coautoria com Maria Clara Pivato Biajoli, que tem o título *Mujeres libres da Espanha: documentos da Revolução espanhola* publicado em 2008.

Considerações finais

Existe muito mais pesquisas e publicações dessa historiadora filósofa tão prolífica e generosa em tudo que faz, pensa e sente. Aqui não teria espaço para aprofundarmos toda a riqueza produzida por essa sensibilidade feminista e, demasiadamente, humana. Em um livro mais recente, *As marcas da pantera: percursos de uma historiadora* (2021), Rago tenta refazer sua trajetória até aqui, mas desde já sabemos que, certamente, em breve precisará de nova revisão, pois tal como o tempo, sua produção e intensidade teóricas não param.

Concluo essas breves reflexões invocando um artigo de Margareth Rago, *Feminizar é preciso: por uma cultura filógina*, e invoco, também, todas as filósofas, todas as estudiosas e todas as autoras. No texto da historiadora filósofa, dentre outras coisas, é dito o quanto é importante remontar ao passado para se perceber o quanto a tradição é resultado de uma construção histórica, assim como para conhecer as trajetórias das feministas, evidenciado onde e quando tentaram falar em público sobre a emancipação feminina e, consequentemente, foram caladas e excluídas pelo silenciamento impositivo da memória histórica masculina.

Realizar esse retorno à tradição, cumpre essa função de resgate da trajetória das filósofas, historiadoras, escritoras e outras tantas pesquisadoras esquecidas ou simplesmente silenciadas ou invisibilizadas, para que, assim, se conheça a sua construção histórica, tanto da sua produção quanto da sua negação. Assim, conforme o artigo citado, daremos seguimento à essa trajetória na caminhada da construção de um mundo mais feminizado e filógino, nas palavras da historiadora filósofa.

Referências

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição de Michel Sennelart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 (Educação: Experiência e sentido).
- MARINHO, Cristiane. Prefácio. In: MÜLLER, Maria Cristina; HRUSCHKA, Daniela Bahdur (Orgs.). *12 Mulheres, 12 Filósofas, 12 artistas*. Londrina: Editora Engenho das Letras, 2021.
- MÜLLER, Maria Cristina; HRUSCHKA, Daniela Bahdur (Orgs.). *12 Mulheres, 12 Filósofas, 12 artistas*. Londrina: Editora Engenho das Letras, 2021.
- Ó, J. R. do. A Governamentalidade e a História da Escola moderna: outras conexões investigativas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 97-118, 2009.
- RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: percursos de uma historiadora*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2021. (Coleção Entregêneros).
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.

RAGO, Margareth. *Memorial de Livre-Docência* do Departamento de História IFCH – UNICAMP. Campinas, 2000.

RAGO, Margareth. Neoliberalismo, subjetividades e resistências feministas. In: SOUSA, Antonio Alex Pereira de; MARINHO, Cristiane Maria; FERNANDES, Dorgival Gonçalves; VERAS, Elias Ferreira; DAMASCENO, Roberta Liana (Orgs.). *Michel Foucault: ressonâncias contemporâneas*. Curitiba: CRV, 2017.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra,

Sobre a autora

Cristiane Maria Marinho

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Emérita da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atua nas áreas de Filosofia da Educação, Filosofia da Diferença, Filosofia do Brasil e Gênero.

Recebido em: 30/09/2025
Aprovado em: 19/10/2025

Received in: 09/30/2025
Approved in: 10/19/2025